



POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS

A protecção da privacidade e dos dados pessoais dos nossos utentes e demais partes interessadas, é um compromisso importante para a CPVNA.

Neste contexto, a CPVNA pretende informar publicamente as regras gerais de tratamento de dados pessoais recolhidos no estrito respeito e cumprimento do disposto na legislação de protecção de dados em vigor, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 (RGPD).

COMPROMISSO DA CPVNA

A CPVNA respeita as melhores práticas no domínio da segurança e da protecção de dados pessoais tendo, para o efeito, tomado as medidas técnicas e organizativas necessárias por forma a cumprir o RGPD e garantir a protecção e confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso no cumprimento das suas obrigações estatutárias, assegurando que o tratamento dos mesmos é lícito e transparente.

A informação descrita na presente Política de Privacidade de Dados Pessoais complementa as disposições, em matéria de protecção e tratamento de dados pessoais, previstas no contrato celebrado entre a CPVNA e os seus utentes, nos contratos de trabalho com os seus colaboradores e na relação da CPVNA com todas as partes interessadas.

O teor deste documento é meramente informativo e orientador e não desonera a consulta da legislação aplicável.

O QUE SÃO DADOS PESSOAIS?

Constitui um dado pessoal toda a informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável.

É considerada identificável a pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indirectamente, designadamente por referência a um nome, número de identificação, dados de localização, identificadores por via electrónica ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social.

NO QUE CONSISTE O TRATAMENTO DE DADOS NA OE?

O tratamento de dados pessoais consiste numa operação ou conjunto de operações efectuadas sobre dados pessoais ou conjuntos de dados pessoais, através de meios automatizados, ou não, nomeadamente a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação, a difusão, a comparação, a interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

QUEM É O RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS?

A entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais é a Casa do Povo de Vila Nova de Anços (CPVNA), que determina as finalidades e os meios de tratamento dos mesmos.

QUEM É O ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS?

O Encarregado de Protecção de Dados (DPO – Data Protection Officer) desempenha um papel relevante na protecção dos dados pessoais, garantindo, entre outros aspectos, a conformidade dos processos com a





- Data de admissão;
- Situação familiar (suporte familiar, composição do agregado, nome, grau e contacto da pessoa significativa);
- Saúde física e mental (incapacidades e principais doenças, capacidade física, funcional, e cognitiva, medicação, grupo sanguíneo, médico de família, relatórios médicos);
- Condições socio económicas (rendimentos, despesas mensais);
- Condições habitacionais;
- Profissional (profissão, habilitações e/ou grau de escolaridade);
- Patrimonial (imoveis e capitais);
- Hábitos, gostos, interesses e participação social;

Para instrução do processo individual de colaborador são solicitados os seguintes dados:

- Nome;
- Número de identificação civil;
- Número de identificação fiscal;
- Número de Identificação da segurança social;
- Data de nascimento e idade;
- Dados da carta de condução;
- Residência;
- E-mail;
- Contacto telefónico;
- Estado civil;
- Nacionalidade;
- Naturalidade;
- Data de admissão;
- Número de Identificação bancária;
- Composição do agregado familiar;
- Experiência profissional e habilitações académicas, constantes em CV ou formações que valorizem o percurso profissional;
- Informação relativa a condenações penais e infracções ou com medidas de segurança, constantes no certificado de registo criminal, sendo esta enquadrada em categoria especial de dados pessoais.

PROTEÇÃO, INTEGRIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

A CPVNA encara com seriedade a segurança das informações pessoais dos seus utentes e colaboradores. Não tendo serviços online, as medidas adoptadas restringem-se ao armazenamento dos dados que é feito em parte com o recurso a sistemas informáticos, os quais são de acesso limitado e devidamente protegidos. Também existe armazenamento de dados em suporte de papel, que se encontram alojados em instalações sujeitas a medidas de protecção física

LIMITAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

Os dados pessoais são conservados e armazenados durante o prazo de quatro anos após o termo da relação contratual, salvo se para um tratamento específico for estabelecido um prazo diverso por lei ou regulamento, sem prejuízo de tal prazo se estender pelo tempo de duração de eventual processo judicial e até ao limite de seis meses após o trânsito em julgado da respectiva sentença.



A CPVNA permite que os titulares de dados exerçam o seu direito de acesso de forma a manter as informações pessoais corretas, completas e actualizadas.

Os dados pessoais recolhidos podem ser tratados de uma forma automatizada ou não automatizada, garantindo em todos os casos, o estrito cumprimento da legislação de protecção de dados pessoais, sendo armazenados em bases de dados específicas, criadas para o efeito. Em situação alguma, os dados recolhidos serão utilizados para outra finalidade que não seja aquela para a qual foram recolhidos ou dado o consentimento do titular de dados.

A CPVNA em seu interesse legítimo, pode utilizar internamente o tratamento de dados pessoais para auditorias, análise de dados e melhoria.

Existem requisitos legais que obrigam a conservar os dados por um período de tempo mínimo. Assim, e sempre que não exista uma exigência legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo atrás referido, sendo este o necessário para garantir as finalidades que motivaram a sua recolha ou o seu posterior tratamento.

O Titular dos Dados pode exercer a todo o tempo, os seus direitos de acesso, de consulta e utilização aos dados pessoais que lhe digam respeito, de rectificação dos dados que se encontrem, imprecisos ou incompletos, de apagamento ou eliminação desses dados, de limitação ou oposição ao tratamento, bem como de solicitar a portabilidade dos seus dados.

O titular dos dados poderá fazê-lo mediante pedido por escrito, dirigido ao Responsável pelo Tratamento de Dados, através do contacto disponibilizado para o efeito no presente documento.

A CPVNA pode ainda tratar dados pessoais incluídos na categoria de som e de imagem desde que o Titular de Dados dê o seu consentimento escrito, expresso de forma livre, específico, inequívoco e informado sobre a finalidade de tal tratamento. Neste caso, o titular de dados dispõe do direito de se opor ou de retirar o consentimento, em qualquer momento para a finalidade referida, utilizando para o efeito, os meios descritos para contacto sobre o tratamento de dados, sem que tal comprometa a licitude do restante tratamento de dados necessário à gestão da relação contratual e ao cumprimento de obrigações legais.

Sem prejuízo de poder apresentar reclamações directamente à CPVNA através do contacto disponibilizado para o efeito, o titular de dados pode reclamar directamente para a Autoridade Nacional de Controlo ou



Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito.

EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS SÃO TRANSFERIDOS OU DIVULGADOS A TERCEIROS OS SEUS DADOS?

A CPVNA poderá transmitir ou disponibilizar, no desenvolvimento da sua actividade, os dados recolhidos para os efeitos acima referidos, às Autoridades competentes, designadamente: Instituto de Segurança Social, I.P (ISS), Autoridades de Segurança Policial, Autoridade de Saúde Nacional, o Ministério de Educação, do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, a Justiça, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Autoridade para as Condições do Trabalho, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, Instituições Financeiras, Entidades Seguradoras e Sindicais, Prestadores de serviços de Saúde e Segurança no Trabalho, e a Entidades subcontratadas que garantam o cumprimento dos termos estabelecidos em contrato celebrado com a CPVNA e que sejam imprescindíveis para o desenvolvimento das actividades da instituição.

COMO PODE FICAR A CONHECER QUAISQUER ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DA CPVNA?

A CPVNA reserva-se o direito de, a qualquer altura, proceder a reajustamentos ou alterações à presente Política de Privacidade de Dados Pessoais, sendo essas alterações devidamente comunicadas e afixadas em local visível dentro das instalações da Instituição.

COMPROMISSO GLOBAL DA CPVNA COM A PRIVACIDADE DOS SEUS UTENTES E COLABORADORES

Para assegurar que as informações pessoais dos seus utentes e colaboradores estão protegidas, a CPVNA comunica regularmente as directrizes de privacidade e segurança aos seus colaboradores, promovendo uma consciencialização para este assunto e de forma a garantir que os comportamentos individuais e colectivos salvaguardam a aplicação rigorosa da presente Política de Privacidade de Dados Pessoais.

Vila Nova de Anços, 25 de junho de 2018

Aprovado pela Direção
